

Resumo da Cooperação Técnica
Mecanismo de Apoio à Colaboração e Inovação (MACI)
BR-T1273

I. Dados Básicos da Cooperação Técnica

▪ País:	Brasil
▪ Nome da CT:	Mecanismo de Apoio à Colaboração e Inovação (MACI)
▪ Número de CT:	BR-T1273
▪ Equipe de projeto:	Elcior Santana (ICF/ICS), Chefe de Equipe; Dino Capriolo (ICS/CBR); Fatima Cartaxo (FMM/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Marília Santos (DPP/CBR); Monica Merlo (DPP/CBR); Alan Girón (IFD/ICS)
▪ Tipo de operação:	Apoio ao cliente
▪ Data de autorização do Abstract da CT:	
▪ Beneficiário:	Movimento Brasil Competitivo (MBC).
▪ Beneficiário final:	Estados, Municipalidades E Governo Federal Brasileiro.
▪ Agencia executora:	Movimento Brasil Competitivo (MBC)
▪ BID:	US\$300.000,00
▪ Contrapartida local (Movimento Brasil Competitivo):	US\$300.000,00
▪ Período de desembolso e de execução:	24 meses e 18 meses respectivamente.
▪ Tipo de consultorias:	Consultores Individuais e empresas
▪ Unidade de preparação e responsável pelos desembolsos:	IFD/ICS
▪ Inclusão na Estratégia de País:	Sim
▪ TC incluída no CPD (s/n):	Não
▪ Sector prioritário GCI-9:	Sim

II. OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos o interesse em replicar experiências exitosas (EE) nas áreas associadas à gestão pública tem aumentado significativamente no Brasil, como resultado: (i) da existência de um número significativo de experiências bem sucedidas e inovadoras em estados e municípios brasileiros; (ii) do impacto positivo de experiências de gestão pública na melhoria do bem estar da população; e (iii) do reconhecimento e apoio que essas experiências têm recebido através dos processos eleitorais.

Uma articulação inovadora entre o BID e os setores público e privado brasileiros pode contribuir para institucionalizar o processo de replicar as EEs nas áreas fiscal e de gestão pública, eliminando os principais pontos de estrangulamento: a falta de recursos técnicos e financeiros para a preparação (a identificação, sistematização e disponibilização das experiências exitosas) e para a implementação (a adaptação da EE selecionada às circunstâncias específicas do governo subnacional receptor e a criação das condições locais necessárias à transferência bem sucedida). Neste sentido foi preparado um Memorando de Entendimento como marco institucional de cooperação assinado pelo Presidente do BID e o Diretor-Presidente do MBC em 16 de agosto de 2011, no qual as duas instituições enfatizam o interesse em trabalharem juntos em pontos específicos vinculados à melhoria da gestão pública e que poderia potencializar-se através desta cooperação técnica (Anexo I).¹

¹ "(2.1.a) programas de apoio ao fortalecimento da gestão pública brasileira no nível nacional e subnacional principalmente aqueles que possibilitem (i) a consolidação e ampliação de uma cultura de gestão baseada em resultados (...) (ii) o fortalecimento e consolidação das

A Estratégia de País para 2012-2014 (GN-2662-1) identifica como prioridade “melhorar a capacidade institucional das entidades públicas”, com “foco nos estados e municípios” e buscando “expandir conhecimento e testar ideias inovadoras em iniciativas que são cruciais para o trabalho do Banco na Região”. Além disso, a Estratégia menciona que “o Banco está crescentemente cultivando novos co-financiadores privados locais” e “se espera que esses esforços continuarão a se consolidar e expandir nos próximos anos”. O projeto proposto está enquadrado neste marco e contribuirá de maneira significativa ao processo de inovação na área da gestão pública. Além disso esta iniciativa complementa os esforços que o Banco vem realizando na área no Brasil²

Objetivos. O objetivo geral desta cooperação técnica é a criação de um mecanismo para apoiar o processo de replicar experiências exitosas na área fiscal e de gestão pública, principalmente no setor de educação, entre os governos dos municípios, dos estados, e federal. O objetivo específico é o de gerar aprendizagens para viabilizar o processo de replicar as melhores práticas nos diferentes níveis de governo, ampliando a escala e a velocidade na introdução de ferramentas focalizadas em resultados. O projeto tem caráter piloto dado que em caso de sucesso, deverá ser estendido para o conjunto de governos subnacionais do Brasil e de outros países da América Latina e Caribe como afirmado no Memorando de Entendimento assinado entre o BID e o MBC. Esta iniciativa se apoia na articulação inovadora entre o BID e parceiros estratégicos nos setores público e privado. Os principais parceiros estratégicos neste projeto são o Movimento Brasil Competitivo (MBC), crucial para a mobilização dos recursos técnicos e financeiros do Setor Privado e as instancias de articulação dos governos estaduais e municipais, como, para citar apenas alguns exemplos a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF) e a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF) e o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração (CONSAD).

III. Descrição das atividades

Componente 1. Identificação, sistematização e disponibilização das Experiências Exitosas (EEs): US\$ 150.000,00. O objetivo deste componente é a identificação e a sistematização de duas experiências exitosas nas áreas fiscal e de gestão pública no setor de educação, permitindo que os diferentes níveis de governo não somente tomem conhecimento das EEs através de um repositório de relatos de experiências mas principalmente para que possam decidir sobre qual experiência cada um deles tem interesse em replicar, com base em um conjunto de informações com foco nos elementos práticos de interesse de quem toma decisões no nível do governo subnacional. Além das características mais gerais de cada EE, as informações aprofundarão os aspectos relacionados com as ações desenvolvidas, os custos incorridos e os resultados obtidos. Neste piloto, um primeiro mapeamento das EEs será construído através das sugestões recolhidas junto aos interlocutores nos governos subnacionais e especialistas nos temas e constituirão um Banco de Relato de Experiências (BREX). Os dois temas que orientarão este primeiro mapeamento são “gestão para resultados no setor de Educação” e “modernização da arrecadação”. Poderão ser incorporados também outros repositórios disponíveis em outras instituições. Dentro destes dois temas serão selecionadas duas EEs a partir das sugestões recolhidas. As duas EEs, sistematizadas e preparadas sob a forma de casos serão submetidos aos governos subnacionais para manifestação sobre o interesse em replicar cada uma delas. Este exercício de revelação de preferências permitirá identificar os governos subnacionais que coalescem em torno de cada uma das EEs, preparando a segunda fase, descrita no Componente 2. O Componente 1 financiará serviços de consultoria para: (i) desenvolvimento de metodologia para a identificação, seleção e sistematização de experiências exitosas, com base na literatura, nas experiências existentes e através de consultas com especialistas e funcionários dos governos subnacionais; e (ii) aplicação da metodologia e

Iniciativas da Presidência da República do Brasil nas áreas de gestão, desempenho e competitividade (2.1.b) iniciativas de apoio à transferência de experiências bem sucedidas nas áreas associadas à gestão para resultados tais como (i) mecanismos inovadores de apoio à colaboração entre os diferentes níveis de governo que permitam a transferência de ferramentas de gestão, metodologia e tecnologias apropriadas, com base na aprendizagem resultante de experiências bem sucedidas (ii) projetos que permitam capturar e replicar as boas experiências no Brasil e em outros países da América Latina e Caribe”.

² ATN/OC-9736-BR (Apoio à GpR no Ministério do Planejamento), ATN/OC-11987-BR (Apoio à GpR nos estados e Distrito Federal), ATN/OC-11989-BR (Apoio à GpR na área fiscal dos estados e Distrito Federal), ATN/OC-12301-BR (Apoio à GpR no estado do Rio de Janeiro), ATN/OC-11874-BR (Programa Nacional para o fortalecimento da GpR), BR-T1251 (Apoio à GpR no Ministério da Fazenda).

implantação de um sistema de identificação, seleção, sistematização e documentação de experiências exitosas em plataforma tecnológica com base na Internet. A plataforma deverá permitir dentre outras coisas, a coleta de sugestões de experiências exitosas, o processo de consulta e de revelação de preferências pelos governos subnacionais, a catalogação, consolidação e a disponibilização das informações existentes sobre as EEs sob a forma de banco de dados georeferenciado, a disseminação dos elementos e resultados, com utilização de diferentes alternativas incluindo web 2.0, e o suporte à colaboração sincrônica e assíncrona entre os governos subnacionais participantes e outros interessados.

Componente 2. Adaptação e implementação das EEs (“caixas de ferramentas”): US\$ 350.000,00. O objetivo do componente é assegurar o sucesso da implementação de cada EE escolhida, em cada um dos governos receptores, considerando as especificidades de cada situação. O componente financiará serviços de consultoria para: (i) desenvolvimento e aplicação de metodologia geral para o processo de adaptação e implantação das EEs nos governos receptores; (ii) elaboração de diagnósticos e planos de ação específicos cobrindo o curto e o médio prazo (iii) definição e implementação de processos e procedimentos (iv) desenvolvimento e implementação de ferramentas de tecnologia de comunicação e informação dentre outras; (v) especificação das necessidades de infraestrutura tecnológica para governos receptores; (vi) construção e disponibilização de “caixas de ferramentas” para orientar cada governo subnacional receptor a como proceder para replicar a EE selecionada nas condições e circunstâncias específicas a cada governo (vi) eventos de disseminação e capacitação na utilização da metodologia de implementação e de operacionalização das “caixas de ferramentas para a implementação”; e (vii) sistematização das aprendizagens ocorridas nos Componentes 1 e 2, e recomendações para o aperfeiçoamento do mecanismo. A disponibilização das “caixas de ferramentas de implementação” das EEs, com ênfase na transferência de conhecimentos necessários à implementação nos diferentes níveis de governo se apoiará em Banco de dados disponível através da plataforma baseada na Web, já operacionalizada no componente 1 e constituirá um Banco de Experiências Exitosas Replicáveis (BEER).

IV. Custo e Financiamento

O custo total da cooperação técnica está estimado em US\$600 mil. A contribuição do Banco será de US\$300 mil, provenientes dos recursos não reembolsáveis de Fundos sob a administração do BID. A contrapartida local será de responsabilidade do MBC que para tanto mobilizará recursos do Setor Privado no montante de US\$300 mil. A totalidade dos recursos da cooperação técnica será utilizados para aquisição de bens (até o limite de 30% do valor total) e serviços necessários à viabilização do Mecanismo, de acordo com quadro abaixo e em conformidade com as políticas do BID relativas a aquisições.

Tabela 1: Orçamento Consolidado (em US\$ mil)

Categories	Produtos (outputs) e principais atividades	BID	Local	Total
Component e I.	Formulação e aplicação de metodologia para identificação, seleção e sistematização de experiências exitosas (EEs)	60		60
	Desenvolvimento e implantação de plataforma baseada na web		50	50
	Mapeamento das EEs a partir de pesquisa junto a governantes e especialistas (incluindo viagens)	60		60
	Elaboração de “casos”		50	50
	Criação de Banco de relatos de experiências (BREX)		30	30
Component e II.	Formulação e aplicação de metodologia geral para adaptação e implantação das EEs nos governos receptores	60		60
	Construção e disponibilização de “caixas de ferramentas” para apoiar governos receptores na implementação da EE escolhida considerando a especificidades de cada EE.	70		70
	Criação de Banco de experiências exitosas replicáveis (BEER)		30	30

	Eventos de capacitação		80	80
	Eventos de disseminação (incluindo material multimídia)		20	20
Administração e Supervisão	Apoio logístico		40	40
	Avaliação final e recomendações	20		20
	Auditoria	30		30
TOTAL		300	300	600

V. Execução

O MBC será o Órgão Executor do Programa. O MBC é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de direito privado, criado em 2001 e que tem por escopo contribuir para a evolução contínua do comportamento da sociedade brasileira quanto à qualidade, produtividade e competitividade. O MBC conta com comprovada experiência e capacidade na execução de programas de aperfeiçoamento, melhoria e modernização da gestão pública, exemplificado pelos projetos em 13 estados e 11 municípios, além de incluir experiência na execução de projeto do BID, como a CT com o Fundo Coreano de Parceria de Conhecimento para Tecnologia e Inovação, ATN/KK-10437-RS, concluído com sucesso. Para levar avante o mecanismo, o MBC disponibilizará um coordenador para o MECANISMO e se articulará com os diferentes níveis de governo, com empresas do setor privado e com as instituições públicas definidas como parceiras. O período de execução desta operação será de 18 (dezoito) meses e o prazo de desembolso será de 24 (vinte e quatro) meses, ambos contados da data de assinatura da Carta Convênio.

A aquisição de bens e contratação de serviços que se originem nesta operação seguirá as normas e procedimentos estabelecidos nas políticas do Banco (GN-2350-9, GN-2349-9 e GN-2303-20).

VI. Riscos e Aspectos especiais

O principal risco da operação está relacionado com a necessidade dos governos subnacionais trabalharem de forma coordenada para a obtenção dos resultados esperados. Este risco será mitigado pelo papel de coordenação exercido pela MBC e pelo apoio que já foi preliminarmente discutido com algumas entidades e instancias de articulação dos governos estaduais e municipais, como a ABRASF e a COGEF, além de Diretores do CONSAD. Um segundo risco refere-se a assegurar a mobilização de recursos não reembolsáveis por parte do setor privado nos tempos adequados ao projeto. Para mitigar este risco o MBC estabelecerá Termos de Doação junto às instituições privadas que se comprometerem a apoiar financeiramente o Mecanismo, garantindo o desembolso tempestivo dos recursos. Será condição prévia ao primeiro desembolso do BID a captação pelo MBC de pelo menos US\$150 mil junto ao setor privado brasileiro.

Como projeto piloto, a avaliação da CT deverá enfatizar a adequação das atividades desenvolvidas para replicar a Experiência Exitosa em cada um dos diferentes governos subnacionais receptores e incluir recomendações a serem incorporadas pelo projeto na fase subsequente que ampliará a escala de atuação do mecanismo.

O mecanismo para replicar experiências exitosas foi discutido com vários interlocutores com nível de Secretario/a nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, além de Secretários de Estado. O interesse e a receptividade foram muito positivos.

VII. Classificação ambiental

Em função da natureza das atividades financiadas, esta operação não apresenta impactos sociais ou ambientais negativos. O projeto foi classificado como "C".